

RELATÓRIO E CONTAS

2025



NOTA PRÉVIA

A prestação de contas representa um exercício indispensável na vida de qualquer organização. Tratando-se de entidades que são órgãos de poder eleitos para exercerem competências específicas no âmbito da Administração Pública, tal exercício comporta ainda maiores exigências, de modo a garantir a integridade da vida democrática e a cabal observância das suas regras, no respeito por todos os cidadãos e por quem os representa.



NOTA PRÉVIA = cont.

O Órgão Executivo Camarário, tem especiais preocupações em tornar acessível a leitura da indispensável fundamentação técnica, não apenas para os titulares dos órgãos autárquicos, mas também para a generalidade dos munícipes, de modo que todos os atos sejam públicos, conforme determina a lei, e também para que seja conhecido o uso dos recursos públicos, cumprindo assim o que entende serem as suas obrigações e responsabilidades políticas perante comunidade.

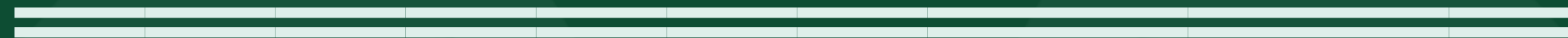


NOTA PRÉVIA = cont.

Os documentos anuais de prestação de contas, evidenciam a **situação económico-financeira da Autarquia**, facultando de igual modo todos os elementos necessários para se proceder à sua aferição, quer dos níveis de **execução orçamental**, quer do seu **património**, quer do seu **ativo e passivo**, quer ainda a tradução financeira dos resultados das operações realizadas.



ENQUADRAMENTO LEGAL



ENQUADRAMENTO LEGAL

N.º 2 alínea l) do artigo 25.º e alínea i) do artigo 33.º e da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

O Órgão Executivo submete à apreciação da Assembleia Municipal os documentos de Prestação de Contas do ano 2025



ENQUADRAMENTO LEGAL

TUTELA:

- Assembleia Municipal
- Ministério da Coesão Territorial - Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território - CCDRN - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
- DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais
- IGF - Inspeção Geral de Finanças
- TdC - Tribunal de Contas



ENQUADRAMENTO LEGAL

TUTELA:

- (SNC-AP), Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.
- A NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras vem estabelecer as bases para os documentos de prestação de contas, na preparação de um conjunto completo de demonstrações financeiras, permitindo a comparabilidade, quer com as demonstrações financeiros de períodos anteriores, quer com as de outras entidades.



ENQUADRAMENTO LEGAL

AUDITOR EXTERNO / ROC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS (CLC)

RELATÓRIO E PARECER DO ROC



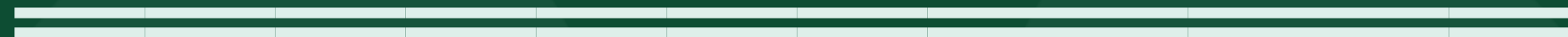
ENQUADRAMENTO LEGAL

ARTIGO 77.º DA LEI N.º 73/2013:

Compete ao Auditor Externo (ROC) que procede anualmente à revisão legal de contas:

- a) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- b) Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;
- c) Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;

CONTINGÊNCIAS

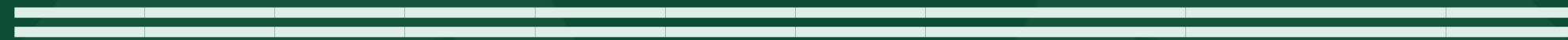


CONTINGÊNCIAS

- Definição do PT2030 – Assinatura
- Legislação / Contratação / TdC
- Prazos
- Eleições Autárquicas
- Eleições CCDRN
- Modificação Orçamental – Verão + 250 K€ Orçamental



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

OPINIÃO (CITAÇÃO):

“ Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Município de Moimenta da Beira** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de **62.365.258,50** euros e um total de património líquido de **53.517.409,66 euros**, incluindo um resultado líquido de **63.318,47 euros**), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Município de Moimenta da Beira** em **31 de dezembro de 2025**, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas. .”

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

A rubrica de “**Ativos fixos tangíveis**” está registada no balanço do Município pelo montante de **54.581.585,03 euros**, fazendo parte integrante da sua constituição o património imobiliário e as infraestruturas do Município **anteriores a 2002** e os investimentos em curso pelo montante de 8.291.625,83 euros. De acordo com o disposto no nº 2 do artigo 10º do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de fevereiro, com todas as alterações subsequentes, até ao final do período transitório de implementação do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, **1 de janeiro de 2002, seria elaborado e aprovado o inventário e respetiva avaliação.** No entanto, o inventário realizado não se encontrou suportado numa verificação física integral, **pelo que não é possível assegurar que todos os bens desta natureza se encontrem registados e individualmente identificados.**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

Adicionalmente, nos termos da Norma e Contabilidade Pública 4 (NCP 4), o Município **não obteve informação tempestiva da concessionária “E-Redes”** com a identificação e valorização dos ativos afetos à concessão assim como sobre as intervenções de acréscimo na rede que venham a ocorrer em cada exercício económico.

.....No que se refere a aquisições anteriores a 2002 e a ativos afetos à concessão de distribuição de energia, as análises efetuadas não permitem concluir que as mesmas se encontrem integralmente registadas, facto que implicaria, por montante não possível de determinar, o acréscimo dos ativos, do património líquido e correspondentes gastos do exercício. **Todavia, no computo do ativo fixo tangível e dada a antiguidade dos bens, o efeito líquido das omissões desta natureza apresenta um peso cada vez menor.**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, **exceto** quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, e exceto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras e demonstrações orçamentais auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, **não identificámos incorreções materiais.**



RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

PARECER

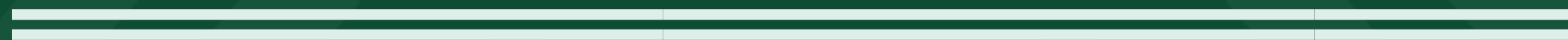
Face ao anteriormente exposto, somos de parecer **que a Assembleia Municipal deve**, em relação aos documentos apresentados pelo Órgão Executivo, apreciar o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025, com as reservas apresentadas na Certificação Legal das Contas.

O Revisor Oficial de Contas

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575
Representada por Carlos Eduardo Brás Fonseca, ROC n.º 1492, CMVM n.º 20161102
Viseu, 24 de abril de 2026



BALANÇO



BALANÇO ATIVO

Rubricas	Datas		Variação	
	2025	2024	Absoluta	Relativa
ATIVO				
Ativo não corrente	55 211 297,25 €	51 398 557,56 €	3 812 739,69 €	7,42%
Ativos fixos tangíveis	54 581 585,03 €	50 755 947,81 €	3 825 637,22 €	7,54%
Ativos intangíveis	12 849,52 €	25 195,67 €	-12 346,15 €	-49,00%
Participações financeiras	607 880,63 €	607 880,63 €	0,00 €	0,00%
Cientes, contribuintes e utentes	8 982,07 €	9 533,45 €	-551,38 €	-5,78%
Ativo corrente	7 153 961,25 €	6 400 171,14 €	753 790,11 €	11,78%
Inventários	293 148,28 €	343 614,36 €	-50 466,08 €	-14,69%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	62 407,66 €	275 863,41 €	-213 455,75 €	-77,38%
Cientes, contribuintes e utentes	101 200,22 €	171 022,75 €	-69 822,53 €	-40,83%
Estado e outros entes públicos	16 605,45 €	77 383,48 €	-60 778,03 €	-78,54%
Outras contas a receber	6 443 431,94 €	4 439 792,39 €	2 003 639,55 €	45,13%
Diferimentos	18 458,76 €	13 975,29 €	4 483,47 €	32,08%
Caixa e depósitos	218 708,94 €	1 078 519,46 €	-859 810,52 €	-79,72%
Total Ativo	62 365 258,50 €	57 798 728,70 €	4 566 529,80 €	7,90%

- O Ativo >

4.566.529,80 €
+ (face a 2024
(7,9%)).

- Efeito das Depreciações dos ATF

2.148.354,50 € =
6.714.884,30 €

- DO ; DGAL 
PRR, PT2030

BALANÇO PASSIVO

Rubricas	Datas		Variação	
	2025	2024	Absoluta	Relativa
PASSIVO				
Passivo não corrente	4 424 636,49 €	2 284 702,38 €	2 139 934,11 €	93,66%
Provisões	34 402,99 €	34 402,99 €	0,00 €	0,00%
Financiamentos obtidos	1 783 539,60 €	1 966 706,38 €	-183 166,78 €	-9,31%
Diferimentos	2 532 126,67 €	211 096,75 €	2 321 029,92 €	1099,51%
Outras contas a pagar	74 567,23 €	72 496,26 €	2 070,97 €	2,86%
Passivo corrente	4 423 212,35 €	8 627 775,43 €	-4 204 563,08 €	-48,73%
Fornecedores	791 014,19 €	765 734,90 €	25 279,29 €	3,30%
Estado e outros entes públicos	143 026,47 €	128 906,14 €	14 120,33 €	10,95%
Financiamentos obtidos	163 962,14 €	121 120,30 €	42 841,84 €	35,37%
Fornecedores de investimentos	1 237 330,64 €	169 069,82 €	1 068 260,82 €	631,85%
Outras contas a pagar	1 055 225,17 €	925 574,59 €	129 650,58 €	14,01%
Diferimentos	1 032 653,74 €	6 517 369,68 €	-5 484 715,94 €	-84,16%
Total Passivo	8 847 848,84 €	10 912 477,81 €	-2 064 628,97 €	-18,92%

O Passivo Total ascende 8.847.848,84 €, Porém!!!
 (- 1.032.653,74 -
 2.532.126,67 - 74.567,23
 - 34.402,99 €) =
5.208.501,20 € !!!!-
1.055.225,17 €

O Passivo Não Corrente 4.424.636,49 €, No entanto!!! - (Provisões, Diferimentos, Outras contas a pagar)

O Passivo Corrente 4.423.212,35 € No entanto!!! - (F+SF, etc) + (reconhecido no passivo mas Não é passivo exigível E REDES + Fundos Comunitários)

ANÁLISE AOS FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Instituição	Finalidade do Empréstimo	Dívida em 31/12/2024	Dívida em 31/12/2025	Amortização no ano de 2025
CGD	Habitação Social	35 640,20 €	23 963,15 €	11 677,05 €
BPI	Construção do Pavilhão Municipal	98 622,06 €	75 145,77 €	23 476,29 €
DGTF	PAEL - Estado Português	342 333,03 €	304 296,03 €	38 037,00 €
CGD	Ciclovia e Alvite	1 611 231,39 €	1 544 096,79 €	67 134,60 €
TOTAL		2 087 826,68 €	1 947 501,74 €	140 324,94 €

- Valor em dívida em 31.12.2025: **1.947.501,74 €**
- Amortização no ano 2025: **140.324,94 €**

- **4 Financiamentos**



PATRIMÓNIO LÍQUIDO

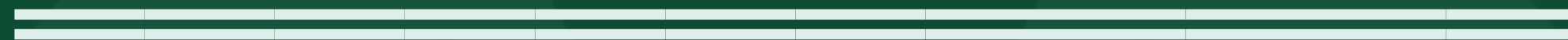
Rubricas	Datas		Variação	
	2025	2024	Absoluta	Relativa
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património Líquido				
Património/Capital	21 069 245,76 €	21 069 245,76 €	0,00 €	0,00%
Reservas	1 193 130,62 €	1 175 222,42 €	17 908,20 €	1,52%
Resultados transitados	5 742 611,15 €	5 402 355,42 €	340 255,73 €	6,30%
Outras variações no património líquido	25 449 103,66 €	18 881 263,36 €	6 567 840,30 €	34,78%
Resultado líquido do período	63 318,47 €	358 163,93 €	-294 845,46 €	-82,32%
Total Património Líquido	53 517 409,66 €	46 886 250,89 €	6 631 158,77 €	14,14%

• O Património Líquido totaliza **53.517.409,66€ (+ 6.631.158,77 €)**

=> RLE : 63.318,47 € (- 294.845,46 € : -82,32%)



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS



RENDIMENTOS E GASTOS

Rubricas	Notas	Datas		Variação	
		2025	2024	Absoluta	Relativa
Impostos, contribuições e taxas	24.1	2 484 391,37 €	2 126 910,69 €	357 480,68 €	17%
Vendas	24.2	397 783,20 €	351 409,61 €	46 373,59 €	13%
Prestações de serviços e concessões	24.3	1 716 588,75 €	1 672 785,83 €	43 802,92 €	3%
Transferências e subsídios correntes obtidos	24.4	11 665 830,12 €	10 976 081,32 €	689 748,80 €	6%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00 €	-3 461,67 €	3 461,67 €	-100%
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	24.5	-1 114 183,77 €	-923 571,63 €	-190 612,14 €	21%
Fornecimentos e serviços externos	24.6	-5 805 170,70 €	-5 641 319,74 €	-163 850,96 €	3%
Gastos com pessoal	24.7	-6 004 219,73 €	-5 554 950,50 €	-449 269,23 €	8%
Transferências e subsídios concedidos	24.8	-2 027 568,04 €	-1 723 786,06 €	-303 781,98 €	18%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-110 724,93 €	-74 288,98 €	-36 435,95 €	49%
Outros rendimentos	24.9	1 841 480,29 €	1 196 244,78 €	645 235,51 €	54%
Outros gastos		-762 223,99 €	-231 338,68 €	-530 885,31 €	229%
Resultados antes de depreciações e resultados financeiros		2 281 982,57 €	2 170 714,97 €	111 267,60 €	5%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	-2 148 354,50 €	-1 728 612,19 €	-419 742,31 €	24%
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		133 628,07 €	442 102,78 €	-308 474,71 €	-70%
Juros e rendimentos similares obtidos	24.10	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Juros e gastos similares suportados	24.10	-70 309,60 €	-83 938,85 €	13 629,25 €	-16%
Resultado antes de impostos		63 318,47 €	358 163,93 €	-294 845,46 €	-82%
Resultado líquido do período		63 318,47 €	358 163,93 €	-294 845,46 €	-82%

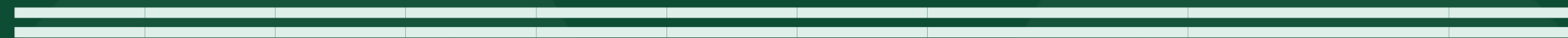


INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Dimensão	Indicador	Formula de Cálculo	2025	2024
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	85,81%	81,12%
	Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	1027,50%	429,66%
	Grau de cobertura dos gastos financeiros	Resultados operacionais/ Gastos Financeiros	190,06%	526,70%
	Endividamento	Passivo/Ativo	8,35%	18,88%
Liquidez	Liquidez Geral	Ativo corrente / Passivo corrente	211,00%	74,18%
	Liquidez Reduzida	Ativo corrente - Inventários /Passivo corrente (ou CP)	202,35%	70,20%
	Liquidez Imediata	Disponibilidades (ou meios financeiros líquidos) / Passivo Corrente	6,45%	12,50%
Rentabilidade	Rentabilidade operacional do V. negócios	Resultados operacionais (EBIT) / Volume de negócios * 100	632,00%	2184,09%
	Taxa de Margem Bruta (TMB)	Margem Bruta / Volume de Negócios * 100; (MB = V-CMV)	4730,43%	5437,34%
	Rentabilidade do Património Líquido	Resultados Líquidos/ Património Líquido * 100	11,83%	76,39%
	Rentabilidade Operacional do Ativo	Resultados operacionais (EBIT) / Ativo * 100	21,43%	76,49%
Atividade	Grau de Rotação do Ativo (GRA)	Volume de Negócios/ Ativo	3,39%	3,50%
	Prazo Médio de Inventários (PMI)	Saldo Médio Inventários/ Saldo médio Custo das vendas * 365	96	136
	Prazo Médio de Recebimentos (PMR)	Saldo Médio Clientes / Saldo Médio Volume de Negócios * 365	17	31
	Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	Saldo médio Fornecedores/ Saldo médio (Compras + FSE) * 365	42	43
	PMP - Programa Pagar a Tempo e Horas	Saldo médio (Fornecedores + Fornecedores Investimentos) / Saldo médio (compras+FSE+forn. investimentos) * 365	94	53



DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS



COMPARAÇÃO ENTRE O ORÇAMENTO FINAL PREVISÃO E A EXECUÇÃO

2025

RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	1 078 519,46 €	DESPESAS ORÇAMENTAIS	20 631 506,02 €
Execução Orçamental	1 005 035,79 €	Correntes	13 044 639,39 €
Operações de tesouraria	73 483,67 €	Capital	7 586 866,63 €
RECEITAS ORÇAMENTAIS	19 769 372,23 €	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	83 903,46 €
Correntes	14 490 306,28 €		
Capital	5 276 100,73 €	SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	218 708,94 €
Outras	2 965,22 €	Execução Orçamental	142 902,00 €
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	86 226,73 €	Operações de Tesouraria	75 806,94 €
TOTAL	20 934 118,42 €	TOTAL	20 934 118,42 €

COMPARAÇÃO ENTRE O ORÇAMENTO FINAL PREVISÃO E A EXECUÇÃO

RELAÇÃO ENTRE AS RECEITAS E DESPESAS

RECEITAS					DESPESAS				
DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	EXECUÇÃO	TX. EXECUÇÃO	PESO %	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	TX. EXECUÇÃO	PESO %
RECEITAS CORRENTES					DESPESAS CORRENTES				
01 IMPOSTOS DIRETOS	1 689 265,36 €	1 994 137,58 €	118,05%	10,09%	01 DESPESAS COM PESSOAL	6 088 073,01 €	5 976 998,49 €	98,18%	28,97%
02 IMPOSTOS INDIRETOS	7 662,72 €	24 004,02 €	313,26%	0,12%	02 AQ. DE BENS E SERVIÇOS CORRENTE:	6 129 738,70 €	5 122 840,92 €	83,57%	24,83%
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	256 975,58 €	173 721,69 €	67,60%	0,88%	03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	74 372,01 €	68 857,16 €	92,58%	0,33%
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 060 000,00 €	1 005 670,54 €	94,87%	5,09%	04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1 842 998,44 €	1 690 829,71 €	91,74%	8,20%
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12 028 443,00 €	9 781 986,00 €	81,32%	49,48%	05 SUBSÍDIOS	- €	- €	0,00%	0,00%
07 VENDA DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇO:	1 345 000,00 €	1 284 878,99 €	95,53%	6,50%	06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	259 860,00 €	185 113,11 €	71,24%	0,90%
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	310 000,00 €	225 907,46 €	72,87%	1,14%					
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	16 697 346,66 €	14 490 306,28 €	86,78%	73,30%	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	14 395 042,16 €	13 044 639,39 €	90,62%	63,23%
RECEITAS DE CAPITAL					DESPESAS DE CAPITAL				
09 VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	191 473,62 €	189 065,48 €	98,74%	0,96%	07 AQ. DE BENS DE CAPITAL	9 906 141,10 €	7 161 262,08 €	72,29%	34,71%
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6 850 679,72 €	4 973 086,48 €	72,59%	25,16%	08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	306 815,16 €	285 279,61 €	92,98%	1,38%
11 ATIVOS FINANCEIROS	- €	- €	0,00%	0,00%	09 ATIVOS FINANCEIROS	- €	- €	0,00%	0,00%
12 PASSIVOS FINANCEIROS	1 000 000,00 €	- €	0,00%	0,00%	10 PASSIVOS FINANCEIROS	142 001,58 €	140 324,94 €	98,82%	0,68%
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10 000,00 €	113 948,77 €	1139,49%	0,58%	11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	- €	- €	0,00%	0,00%
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMEN	500,00 €	2 965,22 €	593,04%	0,01%					
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	- €	- €	0,00%	0,00%					
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	8 052 653,34 €	5 279 065,95 €	65,56%	26,70%	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	10 354 957,84 €	7 586 866,63 €	73,27%	36,77%
TOTAL GERAL DA RECEITA	24 750 000,00 €	19 769 372,23 €	79,88%	100,00%	TOTAL GERAL DA DESPESA	24 750 000,00 €	20 631 506,02 €	83,36%	100,00%

DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL - DECOMPOSIÇÃO

	2025	PESO	2024	PESO	VAR. VALOR	VAR%
Receitas Correntes	14 490 306,28 €	73,30%	13 573 858,91 €	81,16%	916 447,37 €	6,75%
Receitas de Capital	5 276 100,73 €	26,69%	3 151 253,88 €	18,84%	2 124 846,85 €	67,43%
Outras Receitas	2 965,22 €	0,01%	192,50 €	0,00%	2 772,72 €	1440,37%
TOTAL DE RECEITAS	19 769 372,23 €	100,00%	16 725 305,29 €	100,00%	3 044 066,94 €	18,20%
Despesas Correntes	13 044 639,39 €	63,23%	12 025 200,60 €	72,59%	1 019 438,79 €	8,48%
Despesas Capital	7 586 866,63 €	36,77%	4 539 857,22 €	27,41%	3 047 009,41 €	67,12%
TOTAL DE DESPESA	20 631 506,02 €	100,00%	16 565 057,82 €	100,00%	4 066 448,20 €	24,55%

- Receita Média Mês 2025: 1.647.447,69€ 2024:1.393.775,44 €
- Despesa Média Mês 2025: 1.719.292,17€ 2024:1.380.421,49 €



EQUILIBRIO ORÇAMENTAL POUPANÇA CORRENTE

Natureza	Notas	2025	2024
Receita Corrente	(1)	14 490 306,28 €	13 573 858,91 €
Despesa Corrente	(2)	13 044 639,39 €	12 025 200,60 €
Amortização Média de Empréstimos	(3)	140 324,94 €	71 657,61 €
Principio do Equilibrio Orçamental = Poupança Corrente	(4)=(1)-((2)+(3))	1 305 341,95 €	1 477 000,70 €



DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL – Receitas Correntes

DESCRIÇÃO	2025	2024		
RECEITAS	RECEITA COBRADA	RECEITA COBRADA	Var. €	Var. %
IMPOSTOS DIRETOS	1 994 137,58 €	1 696 911,67 €	297 225,91 €	17,52%
IMPOSTOS INDIRETOS	24 004,02 €	14 481,63 €	9 522,39 €	65,75%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	173 721,69 €	201 032,46 €	- 27 310,77 €	-13,59%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 005 670,54 €	1 084 339,62 €	- 78 669,08 €	-7,26%
TRANSFERENCIAS CORRENTES	9 781 986,00 €	9 291 900,18 €	490 085,82 €	5,27%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1 284 878,99 €	1 081 273,31 €	203 605,68 €	18,83%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	225 907,46 €	203 920,04 €	21 987,42 €	10,78%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	14 490 306,28 €	13 573 858,91 €	916 447,37 €	6,75%



DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL – Receita, Ex. Impostos Diretos

DESCRIÇÃO	2025	2024		
RECEITAS	RECEITA COBRADA	RECEITA COBRADA	Var. €	Var. %
IMPOSTOS DIRETOS	1 994 137,58 €	1 696 911,67 €	297 225,91 €	17,52%
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	1 028 921,51 €	957 856,42 €	71 065,09 €	7,42%
Imposto Único de Circulação (IUC)	327 810,45 €	304 106,45 €	23 704,00 €	7,79%
Imposto Mun. s/ T. Onerosas de Imóveis (IMT)	529 822,40 €	307 878,80 €	221 943,60 €	72,09%
Derrama	107 583,22 €	127 070,00 €	- 19 486,78 €	-15,34%

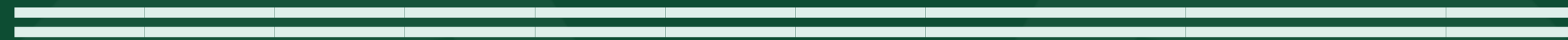


DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL – Receita de Capital

DESCRIÇÃO	2025	2024		
RECEITAS	RECEITA COBRADA	RECEITA COBRADA	Var. €	Var. %
VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	189 065,48 €	145 350,00 €	43 715,48 €	30,08%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4 973 086,48 €	2 463 500,09 €	2 509 586,39 €	101,87%
ACTIVOS FINANCEIROS	- €	- €	- €	0,00%
PASSIVOS FINANCEIROS	- €	542 403,79 €	- 542 403,79 €	-100,00%
OUTRAS RECEITAS	113 948,77 €	- €	113 948,77 €	0,00%
TOTAL	5 276 100,73 €	3 151 253,88 €	2 124 846,85 €	67,43%



LIMITES DE ENDIVIDAMENTO



ABORDAGEM LEGAL

RFALEI - Lei da Finanças Locais – Lei n.º 73/2013

Artigo 52.º

Limite da dívida total

1 - A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, **em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.**

2 - **A dívida total** de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

3 - Sempre que um município:

a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, **deve reduzir**, no exercício subsequente, pelo menos 10 /prct. do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção iii;

b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 /prct. da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

4 - **Para efeito de responsabilidade financeira**, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.



ABORDAGEM LEGAL

RFALEI - Lei da Finanças Locais – Lei n.º 73/2013

Artigo 58.º

Saneamento financeiro

- 1 - O município **deve** contrair empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros, quando, no final do exercício:
 - a) **Ultrapasse o limite da dívida total previsto no artigo 52.º; ou**
 - b) O montante da dívida, excluindo empréstimos, seja superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.
- 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, o município pode contrair empréstimos para saneamento financeiro, desde que verificada a situação prevista no n.º 1 do artigo 56.º
- 3 - **Caso a dívida total prevista no artigo 52.º se situe entre 2,25 e 3 vezes a média** da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, o município é obrigado a contrair um empréstimo para saneamento financeiro ou a aderir ao procedimento de recuperação financeira previsto no artigo 61.º
- 4 - O resultado das operações referidas nos números anteriores não pode conduzir ao aumento da dívida total do município.
- 5 - Os pedidos de empréstimos para saneamento financeiro dos municípios são instruídos com um estudo fundamentado da sua situação financeira e um plano de saneamento financeiro para o período a que respeita o empréstimo.
- 6 - Os empréstimos para saneamento financeiro têm um prazo máximo de 14 anos e um período máximo de carência de um ano.
- 7 - Durante o período de vigência do contrato, a apresentação anual de contas à assembleia municipal inclui, em anexo ao balanço, a demonstração do cumprimento do plano de saneamento financeiro.
- 8 - A sanção prevista no artigo 60.º é aplicável sempre que o município viole a obrigação estabelecida no n.º 3.
- 9 - A câmara municipal pode propor à assembleia municipal a suspensão da aplicação do plano de saneamento financeiro, se após a aprovação dos documentos de prestação de contas, verificar que o município cumpre, a 31 de dezembro do ano a que estas dizem respeito, o limite da dívida total previsto no artigo 52.º
- 10 - Em caso de aprovação pela assembleia municipal da proposta referida no número anterior, a suspensão do plano produz efeitos a partir da data da receção, pela DGAL, da comunicação da deliberação a que se refere o número anterior, acompanhada de uma demonstração do cumprimento do limite da dívida total previsto no artigo 52.º, voltando o plano a vigorar em caso de incumprimento do referido limite.
- 11 - O plano de saneamento financeiro, e todas as obrigações dele constantes, cessam no momento da comunicação ao membro do Governo responsável pelas autarquias locais da liquidação completa, com recurso a fundos próprios ou alheios, do empréstimo vigente.



ABORDAGEM LEGAL

RFALEI - Lei da Finanças Locais – Lei n.º 73/2013

Receita corrente líquida 2022	Receita corrente líquida 2023	Receita corrente líquida 2024	Média da Receita Corrente Líquida	Limite da Dívida Total de 2025
12 364 015,09 €	13 691 555,82 €	13 573 858,91 €	13 209 809,94 €	19 814 714,91 €

Nota:

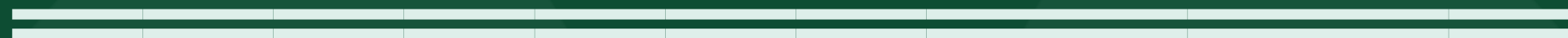
Não está considerado o efeito das entidades participadas. No entanto, o mesmo não será relevante pois não colocará inequivocamente em causa os limites.

31/dez/25				MARGEM ABSOLUTA
DIVIDA A TERCEIROS	SM/AM/SEL	NÃO ORÇAMENTAIS	TOTAL	
5 174 098,21 €		75 806,94 €	5 098 291,27 €	14 716 423,64 €

LIMITE 1,5 X
POSIÇÃO DO MUNICÍPIO
31.12.2025 0,392 X



PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO



PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

O RLE2025 positivo no valor de **63.318,47 €**, deve/pode ser aplicado da seguinte forma:

- **Resultados Transitados — 95% 60.152,55 €**
- **Reservas Legais — 5% 3.165,92 €**



PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Conforme é referido no ponto 4.1 da Instrução n.º 1/2019, do Tribunal de Contas a:

“A ata da reunião de aprovação das contas pelo órgão competente, a apresentar pelas entidades que aplicam o SNC-AP, deverá identificar os factos mais importantes constantes dos documentos de prestação de contas, abrangendo, de acordo com as situações aplicáveis, nomeadamente os seguintes

Balanço

Total do ativo: 62.365.258,50 euros

Total património líquido: 53.517.409,66 euros

Total passivo: 8.847.848,84 euros

Demonstração de Resultados (DR)

Total de Rendimentos: 18.106.073,73 euros

Total de Gastos: 18.042.755,26 euros

Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC)

Total de Recebimentos: 19.855.598,96 euros

Total de Pagamentos: 20.715.409,48 euros



PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Que seja aprovado:

- Os documentos de prestação de contas de 2025 do Município de Moimenta da Beira nos termos da alínea i) do n.º 1 do art. 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para apreciação e votação, para efeitos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da mesma lei;
- O Relatório de Gestão e Contas e os demais documentos de prestação de contas e a proposta de aplicação de resultados.



OBRIGADO

pela atenção



Paulo Figueiredo
(Presidente da Câmara)

